



---

**FERREIRA, Nuno Martins (2022) *Internato de São João de Lisboa - 160 anos (1862-2022)*. Lisboa: Internato de São João; 308 pp. - ISBN 978-989-33-3855-1**

---

Na comemoração dos 160 anos da sua existência, o Asylo de São João (mais tarde designado Internato de São João, em 1972) é distinguido com uma importante publicação da autoria do historiador Nuno Martins Ferreira, que traça um retrato marcante da instituição dedicada à educação de meninas desde 1862. A criação deste Asylo insere-se na perspetiva benemérita para com os mais desfavorecidos e de promoção da educação dos povos, defendidas pela maçonaria em Portugal e que teve em José Estevão o principal patrono, num notável conjunto de pessoas influentes, quer no campo maçónico, quer

na sociedade portuguesa, que ligaram o seu nome à instituição como seus beneméritos.

No seu livro, Nuno M. Ferreira mobiliza um conjunto importante de publicações e de documentos do estabelecimento, consultados na Biblioteca Nacional de Portugal e no arquivo da própria instituição, assim como apresenta o roteiro das obras anteriormente produzidas sobre o Asilo / Internato de São João de Lisboa. Este mapeamento das informações recolhidas ilustra o trabalho desenvolvido pelo historiador no exercício da sua atividade, revelando o rigor e empenho que colocou na sua investigação e na produção de conhecimento acrescentado sobre as modalidades de que se revestiu a beneficência filantrópica e a proteção e educação da infância desvalida por alguns dos mais esclarecidos e proeminentes homens de oitocentos e novecentos. A obra inclui também imagens de alguns dos momentos mais significativos da instituição e um conjunto de anexos que apresentam um importante manancial de informações: órgãos sociais do Internato de São João (1862-2022); lista de sócios beneméritos do Internato de São João entre 1919 e 1958; números de sócios do Internato de São João entre 1868 e 2012; sócios efetivos propostos ao Asilo de São João e inscritos durante o Estado Novo (1938- 1974); educandas do Asilo de São João nascidas entre 1853 e 1935; naturalidade das educandas do Internato de São João (1862-2012); número total de educandas no Internato de São João por ano (1862-2012); educandas falecidas no tempo de permanência no Asilo de São João (1865-1961).

Na sequência da Questão das Irmãs da Caridade, polémica que foi alimenta-

da por um aceso debate, durante quatro anos, entre os defensores da sua atividade assistencial, caritativa e educativa e os que a criticavam de forma eloquente, pois consideravam inaceitável que se impusessem os valores católicos e se manietasse e dominasse o espírito das jovens sob a sua tutela, os elementos desta congregação religiosa abandonaram Portugal em 1862. No contexto da época, era urgente encontrar respostas para os problemas sociais que se viviam, principalmente nas grandes cidades, onde a situação das crianças desfavorecidas preocupava as consciências de uma elite esclarecida e progressista, orientada para ações de beneficência e filantropismo e convocava os seus elementos a adotar as ações necessárias. Neste contexto, a necessidade de encontrar uma resposta para garantir o apoio social às jovens que até então estavam à guarda das Irmãs da Caridade tornava-se urgente. Tomando como referência a rede de instituições asilares de inspiração maçónica que se formavam em outros países europeus (Inglaterra, Irlanda, Espanha e, principalmente, França), José Estevão incentiva um grupo de personalidades, principalmente maçons (mas não só), para criarem e sustentarem como beneméritos um asilo que assegurasse a proteção social, a assistência e a educação destas crianças e jovens.

Em 2 de julho de 1862 foi inaugurado o Asylo de São João de Lisboa, com 20 jovens que até então tinham vivido recolhidas em instituições das Irmãs da Caridade, entretanto expulsas do país. Para dar forma à organização e funcionamento desta instituição, José Estevão e o seu grupo criaram a Associação Protetora do Asilo de São João, que dirigiu o Asilo

e tinha como órgão sociais (eleitos) a assembleia geral, a direção, os inspetores e o conselho fiscal. Os inspetores desempenhavam um papel fulcral, pois fiscalizavam e acompanhavam a vida do asilo, transmitindo as informações aos restantes dirigentes. Havia uma clara separação de competências dos inspetores, segundo o género – aos quatro inspetores cabia conhecer todo o funcionamento interno e notificar a direção e a assembleia geral dos problemas observados e das questões que precisassem de esclarecimento; as seis inspetoras (eleitas entre as familiares dos sócios ordinários e, normalmente, as mulheres dos associados) tinham por incumbência “o exame minucioso e íntimo do que respeita às alunas, participando à Direção qualquer circunstância que julgarem carecer de providência” (p. 63) e deviam visitar as aulas, os trabalhos manuais e os serviços domésticos desempenhados pelas educandas, assim como inspecionar as confeções culinárias. A direção garantia a gestão económica (e, na verdade, a decisão sobre todos os assuntos), nomeadamente tratar da alimentação, educação, saúde, vestuário e condições de vida das crianças e jovens ao seu cuidado. Os três vogais da direção deviam, alternadamente, visitar todos os dias o asilo para vigiar a aplicação dos alimentos, a observância do regulamento e a manutenção da ordem interna, tomando as necessárias providências quando fosse necessário.

A existência e funcionamento do Asilo de São João dependia das contribuições privadas dos sócios da instituição, que nos anos sessenta do século XIX eram cerca de 350, tendo o seu número atingido o pico em 1945, com 3796 sócios. A segunda metade do século XX assistiu

a uma progressiva diminuição dos associados (na qualidade de sócios ordinários ou efetivos e de sócios extraordinários), tendência que se prolongou até ao encerramento do Internato em 2012. Por seu lado, os sócios beneméritos distinguiam-se pelos serviços relevantes prestados à instituição e podiam ser individuais ou coletivos, como firmas comerciais, associações de comerciantes ou industriais, instituições bancárias, grêmios ou câmaras municipais, assim como agremiações de natureza cultural e educativa. Para além dos donativos que os sócios (principalmente os ordinários) assumiam como sua responsabilidade regular, o Asilo / Internato era também sustentado por outras contribuições monetárias e por doações, legados e património deixado em testamento, ou mesmo géneros alimentícios ou descontos em transportes, espetáculos e anúncios na imprensa.

No entanto, a situação financeira sempre foi difícil e obrigava a uma incessante busca de financiamento entre os privados que acreditavam na missão benemérita e educativa do Asilo. No difícil equilíbrio entre as receitas e as despesas, a(s) direção(ões) procurou de forma sistemática e empenhada garantir as condições de higiene, salubridade, asseio, saúde, qualidade alimentar, exercício físico e programa educativo equiparável ao das escolas oficiais (ou de mais elevada exigência). As preocupações com as educandas não se limitavam às condições de vida que lhes eram proporcionadas no período em que viviam na instituição, mas também se interessavam pelo seu percurso posterior e pelo lugar que desempenhariam na sociedade após a saída do Asilo. Assim, deviam ser devidamente formadas e educadas

e, ao atingir a idade prevista, orientadas para famílias de confiança e para trabalhos dignos. O Asilo formava cidadãs que deviam ser elementos úteis da sociedade, orientando-se por princípios éticos e de trabalho. Estes objetivos reclamavam cuidados na seleção do pessoal, que apresentava um quadro reduzido e no qual a figura da regente era fundamental, pois era ela que acompanhava quotidianamente as educandas e tinha grande influência sobre elas.

A inspiração maçónica que presidiu à criação do Asilo manteve-se ao longo de toda a sua história e os dirigentes da instituição eram maçons; aliás, o presidente da assembleia geral era o grão-mestre da maçonaria. O universo dos sócios também tinha uma presença muito forte dos maçons. No entanto, o Asilo de São João relacionava-se com o mundo profano e nele estava profundamente enraizado – era uma criação maçónica, mas não estava dentro da maçonaria. Esta relação entreteceu o destino e percurso do Asilo com o da Maçonaria, mas quando os anos de chumbo do salazarismo levaram ao encerramento das lojas maçónicas e à hibernação da atividade dos maçons, o Asilo sempre se manteve em funcionamento e o número dos seus sócios foi o mais elevado nos anos quarenta do século XX, com implicações muito positivas nas receitas da instituição. Na verdade, este fenómeno deve-se ao empenho de um grupo de associados que foi capaz de mobilizar, em escala bastante assinalável, os seus concidadãos para o apoio ao Asilo, envolvendo-os na instituição; proibidos de desenvolver a sua atividade regular em lojas, os maçons tinham no Asilo de São João a possibilidade de praticar os seus

princípios, valores e ideais, de forma legal e visível, estendendo a sua ação à sociedade civil.

Entre 1862 e 2012, os livros de matrícula registam um total de 826 educandas que viveram na instituição em regime de internato. As meninas entravam no Asilo entre os cinco e os sete anos e saíam quando atingiam os 15 anos, idade que mais tarde foi estendida para os 17 anos (em 1915). A admissão de novas educandas era feita por concurso público, anunciado nos jornais, e obedecia a um conjunto de critérios, nomeadamente serem filhas de sócios da Associação Protetora do Asilo de São João (nomeadamente se fossem órfãs dos sócios), órfãs de pai e mãe, órfãs de mãe ou de pai, sendo a restante família incapaz de prover à sua subsistência por viverem em situação de pobreza. O número de educandas que era possível acolher em cada ano dependia dos recursos financeiros (e estes dos sócios), tendo variado entre 20 e 76 (em 1958), registando-se o número mais elevado de educandas nos anos cinquenta e sessenta do século XX. A partir da década de oitenta do século passado acentuou-se uma linha descendente do número de educandas, tendo a instituição encerrado a modalidade da sua vocação primordial em 2012.

Durante a sua permanência no Asilo, as educandas tinham assegurada a alimentação, o vestuário, a educação, incluindo a instrução literária, os trabalhos manuais e o ensino profissional. A saída e o percurso fora das paredes da instituição sempre foram uma preocupação evidente, expressa nos estatutos e regulamentos em vigor e em demais documentação. No momento de saída do asilo cada educan-

da recebia um enxoval (um vestido de lã e outro de chita, saia branca, saia de baetilha, quatro camisas de dia, panos diversos, quatro pares de meias, quatro lenços de assoar, um par de botas e outro de sapatos e uma mantilha) e o livro apresenta algumas referências sobre os trabalhos que as educandas iam desempenhar, nomeadamente no serviço doméstico em casas de famílias. No entanto, as referências mais significativas são as que apontam para as educandas que tinham revelado mais qualidades e que eram orientadas para o curso de habilitação para o magistério primário, na Escola Normal Primária de Lisboa para o sexo feminino. O curso de formação de professoras permitia a continuação dos estudos e a obtenção de qualificações para ingressar na profissão docente, pertencer ao quadro de professores e receber um salário fixo. Para estas jovens era um itinerário de ascensão social e foi, provavelmente, nos anos de oitocentos e no início do século XX, o único processo de progressão económica, social, cultural e profissional para as mulheres portuguesas.

Instituição para meninas, o Asilo garantia a sua assistência, sustento e educação, pautando-se esta por uma natureza essencialmente feminina. Como sublinha Nuno M. Ferreira, “Era à luz da ideia de civilidade que o tratamento do corpo e do espírito ali se adestrava” (p. 91), em que o sentido do cuidar se entrelaçava com o objetivo de formar mulheres que, de forma apropriada, se viessem a inserir harmoniosamente e com a devida polidez na rede de relações sociais que encontrariam no exterior, quando deixassem a instituição e vivessem em sociedade. O Asilo preservava as suas educandas de perigos

e comportamentos menos adequados, investindo na sua educação para que elas, por sua livre consciência, quando adultas, também recusassem e dissuassem comportamentos similares.

O Asilo de São João nunca teve um verdadeiro projeto educativo, ao contrário da sua instituição-irmã, a Escola Oficina n. 1, situada na Graça. Contudo, o papel da professora era muito valorizado, assim como dos docentes de áreas específicas que também colaboraram no ensino das educandas, no próprio asilo. As preocupações com o futuro das jovens conduziram à valorização de um ensino prático / profissionalizante, que as dotasse de competências para desempenharem trabalhos mais qualificados (educadoras, enfermeiras, modistas, empregadas de escritório), principalmente a partir do período republicano e que surgiu plasmado no novo *Plano Geral de Educação*, de 1928. O Asilo manteve um sistema de ensino das suas educandas equiparado ao currículo oficial, acrescido de aulas que as formassem nas chamadas prendas próprias da educação feminina – na década de vinte do século passado elas tinham as aulas de instrução primária, francês, costura caseira, roupas brancas para homem e senhora, vestidos, malhas, labores, trabalhos manuais em geral, datilografia e ginástica educativa. Em 1925, o governo republicano reconhecia o notável trabalho de assistência e ensino desenvolvido pela instituição, mas face às condições económicas era difícil continuar a sua missão, pelo que se criava no edifício do Asilo, na Travessa do Loureiro, uma escola de ensino primário geral, integrada na rede escolar da capital, passando os professores em funções no Asilo para o quadro de professores das

escolas de Lisboa. De forma gradual, as alunas foram frequentando as aulas em escolas que não a do Asilo, no sentido de terem uma formação mais sistemática e conducente a um verdadeiro ensino profissional. No entanto, internamente manteve-se a preocupação com uma formação essencialmente feminina, criando-se, além do curso primário tradicionalmente frequentado pelas alunas, os cursos de modista e correspondente comercial, que se juntavam ao também tradicional curso doméstico, geralmente frequentado pelas educandas que não mostravam aptidão para os outros cursos profissionais.

A biblioteca do Asilo de São João tinha centenas de livros, mas nem todos eram adequados para a leitura de jovens com a idade das educandas. Assim, essas leituras eram controladas (os livros vindos do exterior, trazidos pelas famílias, por exemplo, eram analisados) e foi constituída uma secção de livros que formava a biblioteca das educandas, sendo as obras mais consultadas por estas as de literatura infantil, romances, biografias, poesia e livros de estudos.

Havia um sistema de prémios, que foi abolido nos anos quarenta do século XX e substituído por dotes para as educandas que fossem saindo, assim como nessa altura foi iniciada a prática de palestras proferidas pelas alunas, principalmente sobre temas históricos. A preocupação com os resultados escolares, nomeadamente das alunas que frequentavam as escolas normais, profissionais e liceus, a par do cuidado com as colocações profissionais das que deixavam a instituição, foi constante e correspondeu à evolução dos tempos e da tecnologia. No mesmo sentido, foram adquiridos novos equipa-

mentos para o Asilo / Internato (máquinas de costura, máquinas de escrever, etc.), indispensáveis aos cursos e atividades desenvolvidas pelas educandas. Algumas alunas faziam estágios em empresas reconhecidas e tinham percursos laborais de sucesso. Os anos sessenta também registaram o *ensaio pedagógico* de 1965 e a introdução da Telescola, verificando-se um esforço para conceder mais autonomia às educandas no sentido de tomarem as suas decisões e exercerem, as mais velhas, a vigilância sobre as mais novas. As educandas garantiam todo o trabalho de manutenção do Internato, no sentido de tal contribuir para o seu percurso formativo, que se queria essencialmente prático, mas também para poupar no pagamento a pessoal contratado.

O sistema de repreensões e castigos existia de forma bem regulamentada e os documentos demonstram que houve comportamentos desviantes da norma do bom comportamento, embora essas ocorrências tivessem sido pontuais. A preocupação com o bem-estar das educandas expressava-se nas normas em vigor e revelavam uma instituição que não pactuava com a violência e protegia as suas jovens desvalidas. A política de policiamento e fiscalização aplicava castigos que consistiam principalmente na repreensão, na privação das horas de receio, no isolamento na mesma sala ou em espaço separado, por um tempo graduado consoante a gravidade da culpa ou falta; também podiam ser privadas da sobremesa e das saídas para passeio ou divertimento. A aplicação dos castigos corporais sempre foi expressamente proibida. A regente é que definia os castigos e zelava pela sua aplicação. O Asilo era um espaço fortemente controla-

do e vigiado, com o objetivo de cumprir a missão de que a instituição estava investida.

O Asilo / Internato de São João reuniu um importante património imóvel, fruto das doações que recebeu. O emblemático edifício da Travessa do Loureiro, n.8, é o mais icónico, aí se tendo estabelecido em 1871 e depois de ter ocupado anteriormente outros dois espaços. Primeiro arrendado e depois adquirido, ele foi a sede e casa-mãe da instituição, sucessivamente melhorada para corresponder às necessidades das educandas e que hoje se conserva como um espaço matricial, quando se buscavam novas soluções para a sua ocupação. O outro lugar que marcou a história do Asilo de São João foi a Casa de Verão da Parede, inaugurada em 1910 em terrenos doados por um benemérito ilustre. A construção do edifício demorou anos, em virtude das dificuldades económicas para se reunir o dinheiro necessário. No entanto, foi um equipamento estruturante que permitia levar as educandas para banhos de mar entre julho e setembro, contribuindo para o seu fortalecimento físico e para melhorar as suas condições de vida, elas que eram crianças pobres e órfãs, originárias dos meios mais desfavorecidos da sociedade. Com esta iniciativa, que cumpria os princípios higiénicos e de saúde que então se difundiam, também se promovia o contacto das educandas com o mundo externo (físico e social) e se desenvolviam relações de sociabilidade.

Criação e obra da maçonaria, o Asilo de São João é a expressão da centralidade que a instrução e a educação ocupavam no universo maçónico, a par da beneficência e da filantropia. Por seu lado, são temas fundamentais do discurso maçónico

a defesa da escola laica, a libertação da influência do ultramontanismo, a tolerância, a paz e o papel da mulher na sociedade. Neste sentido, a instrução e a educação deviam ser integrais e livres, não se sujeitando a dogmas e, por isso, não estando presas à influência nefasta da igreja católica. Esta posição paradigmática esteve na raiz de um intenso debate, ciclicamente sustentado entre os dirigentes do Asilo, que se deparavam com a eventual influência religiosa dos familiares nas educandas e com prescrições de natureza também religiosa que os beneméritos faziam inscrever nos seus testamentos e nas condições que acompanhavam as doações (como assistir a missas pela sua alma, por exemplo). Foi necessário encontrar um equilíbrio entre a vontade de instaurar um ensino integralmente laico e a necessidade de respeitar a cultura religiosa dos familiares e beneméritos, anulando progressivamente rituais religiosos no quotidiano das educandas (como os momentos de reza ou oração) e remetendo para o foro estritamente privado e familiar a dimensão religiosa. A própria existência de uma capela no edifício da Travessa do Loureiro incomodava alguns dos dirigentes do asilo. Com o Estado Novo, o ensino voltou a incorporar a dimensão católica, como aconteceu em todo o país.

A vida das educandas também foi marcada por momentos de sociabilidade, em que contactavam com o mundo exterior, participando em cerimónias evocativas, espetáculos promovidos por diversas entidades civis e eventos organizados pela maçonaria, nestes casos testemunhando a ação dos seus benfeitores e apresentando-se também ao exterior como realidade

evidente da sua ação benemérita. O dia da instituição era um momento importante, com uma sessão solene, presença de autoridades e de personalidades civis, elogios ao pai fundador José Estevão, distribuição de prémios às melhores alunas, realização de uma quermesse e momentos culturais e musicais. A participação de antigas educandas assumia particular importância, pois algumas tinham funções no Asilo e ou tinham assumido posições laborais significativas, podendo evidenciar o exemplo de percursos de sucesso. Era um importante encontro de gerações. As educandas também eram convidadas para muitas cerimónias e espetáculos, onde podiam ter participações culturais e de ginástica, pois a formação física consolidava-se paulatinamente na educação destas jovens. As inaugurações e homenagens também ocupavam um lugar importante no calendário de eventos.

Em 2012, com século e meio de existência, o Asilo / Internato de São João viu partirem as últimas educandas, reconhecendo as limitações e a impossibilidade de continuar a garantir a valência de lar de infância e juventude. Foi um itinerário histórico de proteção, assistência, formação e educação de jovens mulheres que os seus dirigentes garantiram, numa extraordinária expressão de resiliência contra as dificuldades e de afirmação de um específico sentido de cuidar dos outros, neste caso das suas crianças e jovens. É este trajeto que Nuno Martins Ferreira nos traça de forma notável no seu livro.

*Maria João MOGARRO  
Universidade de Lisboa*